PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 02/2023, 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR OS RECURSOS PROVENIENTES DA UNIÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO ENFERMEIRO E DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 1º. Esta Lei autoriza o repasse dos recursos provenientes da União a título de complementação da remuneração a ser repassada aos seguintes profissionais contratados pelo Município de Capão Bonito do Sul:

I - enfermeiros,

II - técnicos de enfermagem,

 Art. 2º. O Município Capão Bonito do Sul repassará, como parcela autônoma, aos seus servidores ocupantes das funções previstas nos incisos do artigo 1º desta Lei, os recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde para a finalidade específica de complementação da remuneração, em atendimento ao que está previsto na Emenda Constitucional n. 127/2022 e na Lei Federal n. 7.498/1986, com a redação dada pela Lei Federal n. 14.434/2022, cuja responsabilidade de pagamento pertence à União.

 § 1º. Considera-se remuneração, para fins do cálculo de complementação, o conceito legal previsto na Lei Federal n. 8112/90, art. 41.

 § 2º. O repasse deverá ser proporcional à carga horária contratada, considerando a remuneração pelo trabalho por 44 horas semanais ou 220 horas mensais.

 § 3º. Os valores de complementação repassados a cada servidor será exatamente o mesmo destinado pela União por meio Fundo Nacional de Saúde.

 § 4º. Não sendo possível a identificação do valor repassado a cada servidor pelo Fundo Nacional de Saúde, o repasse ficará suspenso até que o Fundo Nacional de Saúde disponibilize as informações corretas para sua realização.

 Art. 3º. Fica o Município autorizado, na forma de complementação, exclusivamente com os recursos recebidos pela União para a finalidade da complementação de que trata esta lei, como parcela autônoma, o repasse retroativo, desde maio de 2023, da diferença existente entre as remunerações.

 Art. 4º - Fica aberto no corrente exercício crédito adicional especial no valor de R$ 157,00, para a seguinte dotação orçamentária:

06.000- SM de Saúde e Assistência Social

06.001- Fundo Municipal de Saúde

06.001.10.302.1149.2733-3.1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil R$ 157,00

1.605.0000.4090 Transferência do SUS Federal – Piso da Enfermagem R$ 157,00

 Art. 5º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 4.320/1.964

Excesso de arrecadação (artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 4.320/1.964 R$ 157,00

1.605.0000.4090 Transferência do SUS Federal – Piso de Enfermagem R$ 157,00

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**CAPÃO BONITO DO SUL, 01 DE DEZEMBRO DE 2023.**

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA

Prefeita Municipal em exercício

**Gustavo Rizzon Borges**

**Secretário Interino de Administração Planejamento e Finanças**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2023.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Vereadores:

 Como é do conhecimento dessa casa legislativa, o piso nacional da enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, e parteiras, foi definido pela Lei 14.434, de 04 de agosto de 2022 e compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o seu cumprimento conforme Emenda Constitucional nº 127/2022.

 Quando da entrada em vigor da Lei, iniciou a tramitação de Ação Direta de Inconstitucionalidade tombada sob o nº 7222 junto ao STF. Em medida liminar, os efeitos da Lei foram suspensos ainda no ano de 2022.

 Em 03 de julho de 2023, entretanto, ainda que pendente de publicação o Acórdão, a liminar foi modificada, conforme ata de julgamento disponibilizado no site do STF, para determinar que no momento em que a União realizasse o pagamento com a finalidade de dar suporte financeiro aos. Municípios para que esses pudessem realizar o repasse, os valores deveriam ser complementados aos profissionais destinatários da legislação federal.

 Assim, com base na decisão, no último dia 21 de agosto, a União, por meio do Fundo Nacional de Saúde, realizou repasse financeiro aos municípios, para complementação, com base nas informações preenchidas no sistema InvestSUS pelos Municípios. Ademais, de acordo com a decisão do STF, o valor definido em sede de Lei Federal deverá ser complementado com recursos provenientes da União, não sendo responsabilidade dos Municípios fixarem aquele piso escolhido pelo Ente Nacional.

 Nesse sentido, o valor repassado pela União para complementação dos valores de remuneração dos profissionais destinatários da Lei 14.434/2022, deve ser repassado na forma de complementação e exclusivamente com base e nos limites dos repasses de responsabilidade do Ente União.

 Para tanto, deve o Município estar autorizado por Lei Municipal, a fim de que se possa adotar as providências necessárias ao repasse do valor destinado pela União a os profissionais já citados.

 Também segue anexo, como de costume e em observância à legislação vigente, o competente impacto financeiro.

Deste modo, solicitamos que o presente Projeto de Lei tenha a aprovação dos integrantes dessa Colenda Casa, para o qual pedimos a votação em regime de urgência.

Atenciosamente.

##### GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

**CAPÃO BONITO DO SUL, 01 DE DEZEMBRO DE 2023.**

MARIZETE VARGAS PEREIRA RAUTA

Prefeita Municipal em exercício

**Gustavo Rizzon Borges**

**Secretário Interino de Administração Planejamento e Finanças**